



JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

PROVA OBJETIVA PARA ESTÁGIO NA JUSTIÇA FEDERAL EM TUCURUÍ

- Data de aplicação: 03/12/2023.
- Vinculada ao **EDITAL DE SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIO N. 01/2023, DE 07 NOVEMBRO DE 2023**. (processo SEI n. 0013105-02.2023.4.01.8010).
- Quando autorizado, confira se este caderno de prova contém vinte questões objetivas com quatro alternativas cada e uma questão discursiva.
- Você pode levar o caderno de questões quando faltar uma hora para o encerramento da prova. Caso não queira levar, o caderno ficará disponível no balcão de atendimento da Subseção e no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sipa/concursos/estagios/selecao-de-estagiarios/subsecao-judiciaria-de-tucuruui/subsecao-judiciaria-de-tucuruui.htm>
- O uso de aparelhos eletrônicos ou a realização de comunicação entre os candidatos implicará na imediata desclassificação do certame, bem como poderá ter reflexos criminais.
- Caso necessite beber água ou ir ao banheiro, ou ainda qualquer tipo de ajuda que não seja relacionada ao conteúdo da prova, levante a mão e aguarde atendimento por um fiscal.

Boa prova!

Direito Constitucional

1) O Artigo 5º, XIII da CF/88 estabelece que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Esse dispositivo contém norma de:

- A) eficácia plena.
- B) eficácia contida.
- C) eficácia limitada.
- D) eficácia programática.

2) Segundo o art. 5º da Constituição Federal de 1988, a prática do racismo constitui crime:

- A) inafiançável, prescritível, sujeito a pena de detenção.
- B) inafiançável, imprescritível, sujeito a pena de reclusão
- C) imprescritível, porém afiançável.
- D) hediondo, inafiançável, porém prescritível.

3) As cláusulas pétreas não podem ser objeto de emenda constitucional, salvo por assembleia com poderes constitucionais originários. Assinale a alternativa que indica uma das cláusulas pétreas:

- A) processo legislativo brasileiro.
- B) sistema presidencialista de governo.
- C) sistema tributário nacional.
- D) forma federativa de Estado.

4) Sobre a imunidade dos Vereadores, é correto afirmar que:

- A) a Constituição assegura aos Vereadores a inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município
- B) a Constituição estende aos Vereadores as mesmas regras sobre inviolabilidade previstas para Deputados Federais e Estaduais e Senadores
- C) os Vereadores, na vigência de seu mandato, não podem ser responsabilizados por atos estranhos ao exercício de suas funções
- D) enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, os Vereadores não estarão sujeitos à prisão

Direito Administrativo

5) O STF editou a súmula vinculante nº 13 que dispõe que: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o

ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal". A referida súmula proíbe a prática de nepotismo na Administração Pública, pois fere o princípio da:

- A) Legalidade
- B) Moralidade
- C) Publicidade
- D) Eficiência

6) No que concerne ao Poder de Polícia, considere as afirmações abaixo.

I. Tem como meios de atuação os atos normativos e os atos administrativos e operações materiais de aplicação da lei ao caso concreto.

II. Na área de atuação administrativa, tem por escopo punir os infratores da lei penal.

III. Possui como atributos a legalidade, a necessidade e a proporcionalidade.

IV. A licença constitui modalidade de ato de polícia vinculado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e II.
- B) I, III e IV.
- C) I e IV.
- D) II e III.

7) Sobre a revogação dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar que:

- A) Pode ser realizada pela Administração ou pelo Poder Judiciário.
- B) É a supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz pela Administração.
- C) Pressupõe um ato legal e perfeito, mas inconveniente ao interesse público.
- D) Funda-se no Poder discricionário de que dispõe a Administração para rever sua atividade interna e encaminhá-la adequadamente à realização de seus fins específicos.

8) Pedro, policial rodoviário federal, exigiu e recebeu de Manoel a importância de 7 mil reais para não promover a devida autuação do condutor não habilitado e a consequente apreensão do veículo devido a irregularidades que contrariam o Código de Trânsito Nacional. Com base no caso hipotético, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Pedro não praticou ato de improbidade, pois não houve prejuízo ao erário, contudo, deverá responder na esfera criminal pela prática de crime de corrupção.

II. Pedro praticou ato de improbidade administrativa e poderá ter seus direitos políticos cassados.

III. Pedro praticou ato de improbidade, e, se condenado, poderá ter seus direitos políticos suspensos por até 14 (quatorze) anos.

IV. Considerando que Pedro tenha boa conduta funcional, não tendo nada registrado em sua ficha até o momento, e, entendendo-se pela prática de ato ímprobo, não poderá ser aplicada, nesse caso, a sanção de perda da função pública, pois se mostraria uma penalidade desproporcional, visto ser necessário observar o princípio da progressividade da pena.

- A) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- B) Apenas a assertiva III está correta.
- C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

Direito Civil

9) Sobre as pertencas é correto o que se afirma na alternativa:

- A) são bens acessórios que fazem parte integrante de outro bem principal e seguem a sorte deste.
- B) em regra, são abrangidas pelos negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- C) confundem-se com o conceito de parte integrada, ou seja, são bens que perdem sua identidade porque irreversivelmente integrados em outro bem.
- D) podem ser destacadas do bem principal, podendo, portanto, figurarem como objeto de relações jurídicas próprias, sendo que, como regra, não seguem a sorte do bem principal.

10) Fernando sofreu acidente de trânsito quando tinha sete anos de idade. Ao atingir a maioridade civil, ajuizou ação contra o causador do dano. Este, em contestação, alegou prescrição, a qual:

- A) ocorreu, porque o prazo prescricional, de três anos, já se ultimou
- B) ocorreu, porque o prazo prescricional, de cinco anos, já se ultimou
- C) não ocorreu, porque o prazo prescricional, de três anos, não correu enquanto Fernando era absolutamente incapaz
- D) não ocorreu, porque o prazo prescricional, de cinco anos, não correu enquanto Fernando era menor de idade

11) Felipe, morador da unidade 502 de um edifício, está sendo acionado judicialmente por Marília. Ela alega ter sido atingida por fragmentos de vaso caídos da varanda do apartamento de Felipe enquanto andava pela calçada em frente ao edifício e pretende indenização pelos danos sofridos. Felipe será liberado da responsabilidade perante Marília se:

- A) alegar que houve culpa concorrente de Marília;
- B) alegar que a responsabilidade é do condomínio;

- C) provar que tomou os cuidados adequados para evitar a queda;
- D) provar que o vaso caiu da varanda de outro apartamento que não o seu;

Direito Processual Civil

12) Luana, civilmente capaz, inconformada com as fartas provas das agressões que sua filha Mariana sofre de seu genro Tiago, com quem Mariana é casada, propõe ação de divórcio em face deste, por intermédio de seu procurador constituído nos autos, para dissolver o casamento de sua filha.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- A) Luana tem legitimidade extraordinária para a propositura da ação de divórcio;
- B) falta uma das condições para o legítimo exercício do direito de ação;
- C) falta a capacidade postulatória para que Luana ajuíze a ação de divórcio;
- D) o juiz deve julgar desde logo procedente o pedido, uma vez que há provas do fato.

13) Acerca do assunto litisconsórcio, assinale a alternativa correta:

- A) O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- B) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- C) O litisconsórcio será complexo quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- D) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, inclusive no litisconsórcio unitário.

14) Prolata sentença que não tem aptidão para formar coisa julgada material o juiz que:

- A) reconhece a carência da ação, dada a ausência de interesse processual;
- B) pronuncia a prescrição do direito de crédito alegado pelo autor em sua inicial;
- C) concede a ordem vindicada na inicial, em ação de mandado de segurança.
- D) rejeita um pedido formulado em ação civil pública, por se convencer da licitude da atuação estatal cuja validade é questionada na inicial;

Direito Penal

15) Helena recebe um tiro de revólver e, após ser encaminhada ao hospital, já em recuperação, vem a falecer por força do desabamento de uma parede de gesso situada em seu leito.

É correto afirmar que o autor do disparo:

- A) responde pelo resultado, em virtude da teoria da equivalência dos antecedentes causais adotada pelo Código Penal de forma absoluta;
- B) responde pelo resultado, porque trata-se de uma concausa superveniente relativamente independente;
- C) não responde pelo resultado, porque a sua conduta não teve o dolo de resultado implementado;
- D) não responde pelo resultado, porque a concausa superveniente quebra o nexo causal determinante.

16) Durante um almoço de família em uma fazenda, Isis caminhava com sua filha Sofia, de 02 anos, quando um touro selvagem surgiu e passou a atacar a criança. Diante da situação de risco para a integridade física de Sofia, Isis pegou um machado que estava no chão e passou a golpear o animal, vindo a causar sua morte. Nesse caso, é correto afirmar que Isis:

- A) agiu em legítima defesa, causa de exclusão da antijuridicidade;
- B) agiu em estado de necessidade, causa excludente da antijuridicidade;
- C) agiu em legítima defesa, causa de exclusão da culpabilidade;
- D) agiu em estado de necessidade, causa excludente da culpabilidade.

17) Tício, estagiário concursado do Tribunal Regional Federal, no exercício dessa função, solicita de um advogado que realizava atendimento a quantia de R\$500,00 para adiantar a juntada de determinada petição. Insatisfeito com a conduta de Tício, de imediato o advogado recusou a solicitação e denunciou o ocorrido ao Ministério Público. Considerando apenas a situação narrada, é correto afirmar que Tício deverá ser responsabilizado pela prática de um crime de:

- A) corrupção passiva, consumado.
- B) corrupção passiva, tentado;
- C) corrupção ativa, tentado;
- D) concussão, consumado;

Direito Processual Penal

18) Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que:

- A) consiste em procedimento de natureza inquisitorial, que se destina à busca de elementos que indiquem a existência da infração penal e de indícios de autoria;
- B) está regido pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, devendo a autoridade policial sempre deferir as diligências requeridas pelo advogado do indiciado;
- C) pode a autoridade policial promover seu arquivamento, tão logo entenda desnecessária a investigação;
- D) deve sempre acompanhar a denúncia ou a queixa, com o que se revela sua indispensabilidade para a deflagração da ação penal.

19) Com relação à ação penal, considere V para verdadeiro ou F para falso e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

() Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação penal pública.

() O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

() O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

A) V / V / V

B) F / F / V

C) V / F / F

D) F / V / V

20) Conforme o Código de Processo Penal, sobre a prisão em flagrante, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

() A prisão em flagrante somente poderá ser decretada pelas autoridades policiais ou agentes.

() Somente será considerado em flagrante o delito quando o infrator estiver cometendo a infração penal.

() A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante.

A) C - E - C.

B) E - C - E.

C) E - E - C.

D) C - C - E.

GABARITO DEFINITIVO DO CANDIDATO

Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
1		6		11		16	
2		7		12		17	
3		8		13		18	
4		9		14		19	
5		10		15		20	

Número de inscrição do candidato: _____

Ao final da prova, entregue esta folha ao examinador.